



## COULANGES & GLOTZ: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A CIDADE ANTIGA <sup>1</sup>

*Joabson Xavier Pena <sup>2</sup>*

**Resumo:** Notável fabricação do intelecto humano e da práxis humanas na sua capacidade de interação com o meio ambiente. A cidade se localiza no princípio daquilo que estabelecemos como os indícios do alvorecer da civilização humana. A moderna reflexão sobre a cidade como forma particular de organização social ocorre no século XIX, sendo que dois historiadores em particular se tornam em importantes referências para o estudo desse fenômeno urbano: Fustel de Coulanges e Glotz. Este artigo tem como propósito fazer uma discussão historiográfica, apontando e analisando as principais balizas que levaram ao surgimento e desenvolvimento da cidade na Antiguidade.

**Palavras-chave:** Cidade – historiografia – Fustel de Coulanges – Glotz

**Abstract:** Remarkable human mind' construction and human praxis in its ability to interact with the environment, the city is located at the beginning of what we set as the signs of the dawn of human civilization. The modern reflection on the city as a particular form of social organization occurs in nineteenth century; two historians become important references to study of this urban phenomenon: Fustel de Coulanges and Glotz. This paper aims to do historiographical discussion, pointing out and analyzing the most important signs that led the emergence and development of the city in Antiquity.

**Keywords:** City – historiography – Fustel de Coulanges - Glotz

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma comunicação apresentada no III Encontro Regional da ABREM, realizado na UFMT, campus Cuiabá, entre os dias 11 a 13 de agosto de 2010.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bolsista da CAPES.



Extraordinária fabricação do intelecto humano na sua capacidade de interação com o meio ambiente, uma maneira peculiar de o ser humano tornar familiar o espaço no qual vive, modificando-o, segundo suas necessidades e anseios, num espaço representado e revestido de cultura. Realidade muito antiga, a cidade se localiza no princípio daquilo que estabelecemos como os indícios do romper da civilização.

Nos últimos anos, as produções acadêmicas sobre temas relacionados à cidade aumentaram consideravelmente, o que faz da tarefa de apresentá-la e analisá-la certamente uma ousadia sem limites. Antes reduto circunscrito a alguns arquitetos, geógrafos e sociólogos, recebe já algum tempo a atenção dos historiadores que, com seus colegas de outras áreas, compõem um amplo quadro de recortes temáticos e de aproximações teóricas. Fazendo com dessa forma, a cidade se torne objeto de múltiplos discursos e olhares. Por excelência, “o lugar do homem, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados” (PESAVENTO, 1999: 9).

A discussão que se segue tem como propósito fazer uma revisão historiográfica sobre o estudo da cidade na modernidade, procurando aqui, fazer uma eleição de algumas discussões consideradas por nós pertinentes para o entendimento do fenômeno urbano na Antiguidade, através do estudo das obras de Fustel de Coulanges e de Gustave Glotz.

### **A reflexão moderna da cidade**

A moderna reflexão sobre a cidade como forma particular de organização social é datada do século XIX. Não que na Antiguidade, no período medieval e no início da modernidade os homens tenham ignorado pensar a cidade e de expressar a suas



perspectivas e anseios sobre ela. Conforme o historiador José D'Assunção Barros, não havia surgido nesses momentos especificados,

Uma reflexão sobre o fenômeno urbano que estivesse mais firmemente ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano em todas as suas dimensões possíveis. Isto é, não havia se manifestado ainda a motivação para transformar a reflexão sobre a cidade em um campo mais específico do saber (2007: 9).

O crescimento e a propagação de cidades no século XIX, como Londres e Paris marcaram profundamente a história da Europa. A agitação urbana, trazida pela Revolução Industrial, promoveu os primeiros passos para uma tentativa de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal (RAMINELLI, 1997). Nesse momento da história europeia, alguns pensadores, como Fustel de Coulanges, Max Weber e Gustave Glotz, a par desses processos acelerados de urbanização e industrialização, começaram a refletir, sobre o passado da cidade.

Preocupados em entender esta especificidade do 'viver urbano', em decifrar a história deste viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação a outros ambientes sociais, e em compreender também a complexidade de vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formação urbanas (2007: 10).

### **Fustel de Coulanges e *A cidade antiga***

O historiador francês Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), inserido no contexto histórico anteriormente apresentado se coloca como um dos primeiros historiadores da modernidade a falar sobre a cidade e suas origens na Antiguidade. Sua



obra *A cidade antiga: estudo do culto, do direito, das instituições da Grécia e de Roma*, publicado em 1864, se apresenta como um clássico da historiografia moderna, essencial para o entendimento do processo de desenvolvimento da sociedade grega e romana na Antiguidade. A justificativa para o estudo dessas duas sociedades se dá, conforme argumenta Coulanges, “porque esses dois povos, dois ramos da mesma raça e falando dois idiomas derivados da mesma língua, também tiveram uma base institucional comum e passaram por uma série de revoluções semelhantes” (2004: 32).

O estudo feito por Coulanges se preocupa antes de tudo com a organização das *poleis*, e não com a cidade propriamente dita. Neste sentido, o historiador descreve a sucessão de acontecimentos social desde a família, a aldeia, até a comunidade em sua perfeição, a *polis* (RAMINELLI, 1997).

Agrupados em cinco livros, Coulanges se preocupa no livro primeiro detalhar as crenças antigas. O livro segundo aborda os modos de sociabilidade que essas crenças, ao mesmo tempo, presumem e gestam a família e a *gens*. No livro terceiro ele limita ao advento da cidade, cujo universo é estabelecido com as origens que o tornam inteligível. O livro quarto dedica-se ao estudo das revoluções que marcam a história da cidade e o último livro, o fim desse regime municipal.

No livro primeiro Coulanges estabelece um grupo de,

Pensamentos e usos seguramente datados de época muito remota, e através dos quais podemos apreender as opiniões primitivas que o homem concebeu a respeito de sua natureza, da sua alma e do mistério da morte (2004: 32).

Para este historiador, como argumenta François Hartog, “a morte é aquilo que originariamente estabelece vínculos, e o nascimento de uma forma nova de



sociabilidade” que passa “pelo reconhecimento de um novo túmulo e de um antepassado comum” (2004: 20). Hartog prossegue ainda:

Quem fala em túmulo fala em família, e também em propriedade. Com efeito, o que significa a propriedade, na origem, se não no campo onde cada família enterra os seus mortos? A propriedade é a terra dos mortos, simples depósito imóvel e inalienável entre as mãos de gerações sucessivas que apenas passam. Túmulo, família, propriedade, são afinal, três modalidades da mesma crença (2004:19).

No livro segundo Coulanges demonstra como os desenvolvimentos das crenças apresentadas gestaram a família e a gens, as instituições domésticas e o direito privado e a influência dessas crenças sobre a moral nas sociedades primitivas. Para ele, a religião foi o princípio formador da família antiga, o culto do deus Lar e aos antepassados faziam com que a família formasse um só corpo, uma associação natural. Seguindo essa linha de reflexão, conforme Barros, “Fustel de Coulanges foi um dos primeiros autores a chamar atenção para o papel da religião como um dos fundamentos da cidade” (2007: 15).

No livro terceiro, o historiador busca explorar a origem da cidade, passando pela fratria e pela tribo. Seguindo uma sequência linear, ele entende que a união de famílias formavam fratrias e a união de fratrias, tribos, e as alianças dessas tribos se constituíam finalmente nas cidades. No entanto, a base desta nova associação deve ser reportada à religião: “As tribos que se agruparam para formar uma cidade jamais deixaram de acender um fogo sagrado e adotar uma religião comum” (2004: 166). Coulanges afirma que assim como o “altar doméstico agrupava ao seu redor os membros da família, também a cidade era a reunião dos que tinham os mesmos deuses protetores e realizavam



o ato religioso no mesmo altar” (190). A religião se fazia presente em todos os atos dos homens. “Alma, corpo, vida privada, vida pública, banquetes, festas, assembleias, tribunais, combates, tudo era dominado por essa religião da cidade que regulava todas as ações do homem” (217).

A cidade nesse momento não era uma reunião de indivíduos e sim uma confederação, “e por esse motivo foi obrigada, pelo menos durante vários séculos, a respeitar a independência religiosa e civil das tribos, das cúrias e das famílias” (167).

Nesse universo do pensamento fusteliano, Hartog afirma que:

A cidade marca o termo de uma evolução inaugurada com a família indo-europeia e expressa a extensão máxima de um vínculo social apoiado nessas velhas crenças: ela é a concretização, mas também é questionado o momento onde tudo oscila. Pois entre ela e o regime das *gens* no fundo existe contradição: a *gens* conduziu à cidade, mas a plena afirmação da cidade passa pelo desmembramento da *gens* (2004: 18).

Com o decorrer do tempo a cidade passa ao mesmo tempo pela experiência da exclusão e da divisão, manifestas pelas revoluções que marcam a sua história, revoluções essas que são apreendidas por Coulanges no livro quinto. Para esse historiador era “preciso estudar como e porque os homens se distanciavam gradualmente dessa antiga organização, não como retrocesso, mas, ao contrário, para avançarem rumo a uma forma social mais ampla e melhor” (301).

Essas revoluções se constituíam na luta dos excluídos, dos plebeus “sem religião” contra os que possuíam o controle dessa religião (os patrícios). Com eles dão se início o processo rumo à igualdade. Após certo tempo, no interior da cidade, uma guerra incessante dos pobres contra os ricos, dos democratas contra os aristocratas, até



levar ao fim o regime municipal. Essas revoluções levaram ao desaparecimento dos velhos princípios sobre os quais as cidades antigas estavam fundadas:

A ruína do regime político que a Grécia e a Itália haviam criado pode se relacionar a duas causas principais. A primeira pertence à categoria dos fatos morais e intelectuais; a outra, à dos fatos materiais; a primeira é a transformação das crenças; a segunda, a conquista romana (442-3).

No livro quinto Coulanges busca entender como a dominação romana resultou na destruição das enfraquecidas instituições da cidade antiga, apagando o que delas ainda sobrevivia; e como o avanço do cristianismo pelo império greco-romano completou a transformação social que marcou o fim da sociedade antiga.

Com o cristianismo “a religião doméstica de uma família, a religião nacional de uma cidade ou de uma raça. Não pertencia a uma casta nem a uma corporação” (483). Essa religião apresentou “um Deus único, um Deus universal, um Deus de todos, que não tinha mais um povo escolhido e que não distinguia nem raças, nem famílias, nem Estados” (484). O cristianismo assinalou e diferenciou as “virtudes privadas das virtudes públicas. Ao rebaixar estas, elevou aquelas; colocou Deus, a família, a pessoa humana, acima da pátria, e o próximo acima do concidadão” (487).

Ligado intrinsecamente a um contexto histórico, o modelo teórico idealizado por Fustel de Coulanges expressa as inquietações da segunda metade do século XIX, que segundo Raminelli, estava “impregnada pela ideia de progresso e por teorias voltadas ao ordenamento e compreensão das etapas da história humana” (1997: 186). Muitas das indagações presentes no livro refletem também uma série de fenômenos sucedidos no século XIX, acontecimentos esses decorrentes: da Revolução Francesa, do nacionalismo



crecente, da ascensão ao poder da burguesia e das grandes reformas espaciais realizadas na cidade de Paris por Haussmann (BARBOSA, 2008).

Em *A cidade antiga* Coulanges elabora um modelo moral para as instituições e para a organização do território francês no século XIX, a cidade moderna. Segundo Janio Barbosa, esse historiador constrói sua narrativa de uma forma que o leitor pudesse apontar “nas estruturas antigas as possibilidades críticas para o espaço moderno”, analisando as identidades, as peculiaridades e modelos possíveis e indicando uma “perspectiva histórica para o presente pela via do entendimento das agregações humanas, da formação da nação e do curso da cidade ao longo da História Ocidental” (2008: 22).

### **Gustave Glotz e *A cidade grega***

No início do século XX, após sessenta anos de *A cidade antiga*, o historiador também francês, Gustave Glotz (1862-1935) escreve *A cidade grega* (1928), obra marcada, como argumenta Barros, “pela preocupação com o indivíduo, mas ainda alicerçado na preocupação com as instituições primordiais” (2007: 15).

Em *A cidade grega*, Glotz nos dá a entender que sua obra, beneficiada com o enriquecimento de fontes históricas, é uma resolução das ideias de Coulanges, da qual ele admira a grandiosa construção da escrita:

Não podemos deixar de admirar a construção grandiosa de Fustel de Coulanges. À amplitude do pensamento correspondem a precisão dos detalhes e a pureza da forma. Entretanto, já não é possível hoje subscrever todas as suas conclusões (1988: 3).



Glitz aponta algumas limitações de Coulanges em sua obra, segundo este, à medida que Coulanges vai descrevendo a evolução da família à fátia, e da tribo à cidade, por mais se contenha, o historiador não deixa de passar para os grupos subsequentes às crenças e os costumes observados no grupo primitivo, permanecendo as mesmas idênticas:

Com imperturbável lógica, fica girando em torno do mesmo tema e coloca a família no centro de uma série de círculos concêntricos. Mas não é assim que evoluem as sociedades humanas: não se trata de figuras geométricas, e sim de seres vivos, que só duram e só conservam a sua identidade se modificarem de maneira profunda (1988: 3).

Para Glitz, embora a cidade grega conservasse a instituição família durante um longo tempo, ela teve de lutar contra o *genós* e contra os privilégios em favor do fim da servidão patriarcal. Para o mesmo à busca das origens institucionais da cidade é outra, as raízes institucionais não se resumem apenas a duas, como em Coulanges: a família e a cidade, mas sim a três: família, cidade e indivíduo:

No primeiro, a cidade compõe-se de famílias que ciosamente protegem o seu direito primitivo e submetem todos os seus membros ao interesse da coletividade; No segundo, a cidade põe sob sua dependência as famílias, chamando em seu auxílio os indivíduos libertos; No terceiro, os excessos do individualismo arruinam a cidade, a tal ponto que se torna necessária à constituição de Estados mais extensos (4).

Glitz apresenta em seu livro a origem, desenvolvimento e queda da *polis*. A partir de dados esparsos, este historiador reconstitui as suas origens. Fazendo uso dos filósofos gregos, da arqueologia e das analogias oferecidas pelo estudo comparado das sociedades humanas. A discussão sobre as origens da formação e desenvolvimento da



cidade grega no livro estão agrupados em três eixos principais: a cidade homérica, a cidade democrática e a decadência da cidade. O livro apresenta ainda uma introdução sobre a formação da cidade e o fim da cidade grega como conclusão.

Em seu capítulo introdutório Glotz nos apresenta a origem da cidade grega, que segundo o mesmo ocorreu com a chegada dos aqueus a Grécia atual. Esses pastores seminômades, advindos da península Balcânica se agrupavam em clãs, denominado *patriá*, ou *genós*, descendiam de um mesmo antepassado e adoravam o mesmo deus. Com o passar do tempo esses agrupamentos de clãs formaram confrarias, ou *phatráiai* (fratrias). Essas fratrias originadas em solo grego gozavam, segundo o historiador, de completa independência com uma soberania que era limitada apenas pelas crenças religiosas.

No decorrer do tempo, sem romper os quadros sociais já existentes, a *polis* veio à existência, sem eliminar o *gene*, as fratrias e as tribos. Para Glotz,

Ela só conseguiu realizar mais ou menos essa transformação englobando esses grupos, os quais ocupavam um território mais ou menos amplo que era designado por um termo – *demos* – que havia passado de maneira muito natural a denominar o conjunto de indivíduos que o habitavam (10).

A influência do pensamento religioso na formação da cidade como levantada nos estudos de Coulanges também se localiza em Glotz.

Cada cidade tem a sua divindade, tal como cada família tinha a sua. Da mesma forma como os parentes se reúnem diante do altar do fogo doméstico, os cidadãos celebram o culto à divindade poliade no ‘lar comum’ (15).

Pelas suas instituições, direito, culto e festas, monumentos e heróis, cada cidade possuía uma “fisionomia, personalidade e vida própria” (25). Essas cidades que se



desenvolviam se configuravam em “Estados soberanos”. Dando o exemplo de duas cidades circunvizinhas, Glotz assegura que tudo as separavam:

Os marcos sagrados que assinalam os limites do território traçam linhas de demarcação quase intransponíveis entre as religiões e as leis, os calendários, as moedas e os pesos e medidas, os interesses e as afeições (23).

Na primeira parte de seu livro intitulado *A cidade aristocrática*, Glotz passa a analisar a cidade dos tempos homéricos até a origem da cidade democrática, analisando de forma detalhada as instituições presentes na primeira organização da cidade.

Para este historiador a cidade homérica não era o resultado dos indivíduos que habitavam a mesma localidade, mas sim “um conjunto de *gene*, de fratrias formadas por *gene*, de tribos constituídas de fratrias” (32). Essas cidades estavam unidas sob a liderança de um rei, da instituição do Conselho e da Assembleia.

Conforme Glotz, a evolução política da cidade vai se esboçando até o final do sexto século a. C. A partir desse momento a cidade, ao libertar o indivíduo do jugo patriarcal tornara-se forte e o indivíduo tornara-se livre com a segurança da cidade. No entanto, afirma Glotz,

Desde o momento em que esses resultados foram alcançados, houve urbes em que o poder público esteve nas mãos dos indivíduos libertos. Em face das cidades aristocráticas ou oligárquicas, insurgiam-se as cidades onde o clamor popular havia sido capaz de impor a soberania do povo ( 99).

Para que a Grécia cumprisse o seu “destino” como libertadora do indivíduo era preciso que ela atuasse com vigor em relação a sua evolução natural, e que os indivíduos desenvolvessem “livremente em favor da coisa pública” (100). E que entre essas cidades que se desenvolviam nos caminhos da democracia, uma fosse capaz de



conduzir esse pensamento. O estudo do desenvolvimento dessa democracia – representada pela cidade de Atenas –, e de suas principais instituições, se constitui no estudo da segunda parte do livro de Glotz, denominada de *A cidade democrática*.

Na última parte do livro, *A decadência da cidade*, Glotz demonstra como que a recepção de novas ideias e costumes e a conseqüente corrupção das instituições levaram a decadência da cidade grega:

Não seria possível manter indefinidamente o feliz equilíbrio que a Grécia [...] lograva estabelecer entre o poder público e os direitos do indivíduo. Depois de ter auxiliado a cidade a dobrar a família patriarcal, o individualismo deixara-se, por algum tempo, conter, de um lado, pela organização sempre sólida da pequena família, e, sobretudo, de outro lado, pela lei, que parecia inquebrantável, do Estado. Mas o direito do indivíduo iria degenerar em egoísmo. Mediante exigências cada vez maiores, mediante apetites que, cada dia, era mais difícil satisfazer, solaparia a família e arruinaria a cidade (243).

Glotz assinala em sua conclusão como a data precisa do fim da cidade grega, a vitória de Felipe da Macedônia em Queroneia e a constituição da liga pan-helênica. Desde 338 a. C., ele argumenta, “as cidades gregas deixaram de ser verdadeiramente livres, e que toda a Grécia se tornou pela primeira vez, simples dependência de um país estrangeiro” (313).

Um clássico da historiografia urbana, *A cidade grega* de Glotz, perpetua ainda em suas páginas uma conservadora reflexão oitocentista e institucionalista acionada por Fustel de Coulanges. Barros afirma que historiadores como Coulanges e Glotz, que refletiam sobre as características institucionais da cidade apresentavam,



Uma tendência a entender a origem da cidade a partir da associação de agregados e células sociais básicas, como a família, ou outros agregados elementares que dariam origem às formações mais complexas que corresponderiam às 'instituições'. Em perfeita conformidade com os interesses dos grandes Estados que buscavam legitimar neste período as suas instituições (2007: 14).

Uma leitura pormenorizada dos textos de Coulanges e Glotz nos dá um *insight* de como que para estes pensadores a cidade se constituía em sua essência e até exclusivamente, sobre o eixo de instituições sociais e como os se inserem em contexto determinado, portadores de todas as incertezas do seu meio, época e formação cultural (PESAVENTO, 1999).

### **Considerações finais**

Conscientemente ou não, esses pensadores fizeram uso de suas experiências cotidianas, para nuança-las onde se deve, atribuindo novos matizes, em última análise os elementos que serviam para reconstruir o passado (BLOCH, 2001). Imersos em lugar social de produção, torna-se impossível analisar o discurso histórico sem a subordinação institucional em função do qual ele estabelece suas bases. Michel de Certeau argumenta que,

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ele está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se



delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam (2002 pp. 66-67).

Podemos afirmar com plena convicção que *A cidade antiga* de Fustel de Coulanges e *A cidade grega* de Glotz se configuram como um das mais importantes referências para o estudo da cidade na Antiguidade. Constituindo ambos em leitura obrigatória não somente para o estudo da cidade antiga, mas de forma geral para o estudo do fenômeno urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Janio Gustavo. **A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A cidade Antiga” como prelúdio da modernidade.** Dissertação (Mestrado em História). Natal, RN: UFRN, 2008.

BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Ed. USF-Contexto, 1998.

CARDOSO, Ciro F. S. **A Cidade-Estado Antiga.** São Paulo: Ática, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.



FINLEY, Moses. The Ancient city: From Fustel de Coulanges to Max Weber and beyond. **Comparative Studies in Society and History**. Vol. 19, nº 3, 1977.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. Tradução Aurélio Barroso Rebello e Laura Alves. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GLOTZ, Gustave. **A cidade grega**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita e Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. Tradução Aurélio Barroso Rebello e Laura Alves. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1999.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, C. F. S. (Org.) VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.